

A pandemia e os recursos de inovação e eficiência no setor elétrico – a velha disputa entre o curto e o longo prazo

HOLLANDA, Lavínia; NASCIMENTO, Gabriela. “A pandemia e os recursos de inovação e eficiência no setor elétrico – a velha disputa entre o curto e o longo prazo”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 02 de maio de 2020.

Na semana passada, a Aneel apresentou sua proposta de regulamentação da Conta-Covid, estabelecida através do Decreto 10.350. A conta Covid, a ser gerenciada pela CCEE, tem o objetivo de operacionalizar o apoio ao setor, injetando recursos para garantir liquidez financeira para as distribuidoras de energia elétrica durante a pandemia e evitando impactos imediatos nas tarifas do consumidor final. Através desse mecanismo, a CCEE poderá tomar empréstimos de instituições financeiras, lastreados em ativos regulatórios, os quais serão direcionados às distribuidoras para cobrir déficits ou antecipar receitas referentes a determinados itens, entre eles os efeitos financeiros da sobrecontratação. Segundo a Aneel, o valor teto desse empréstimo é de R\$ 16,1 bilhões, a ser pago em até 60 meses. O documento colocado em consulta pública pela Agência estabelece ainda uma proposta de alocação desses recursos entre as diferentes concessionárias de distribuição. Com essa medida, grande parte dos efeitos financeiros da pandemia do Covid 19 sobre as distribuidoras fica equacionada – ao menos por ora.

Com o impacto da pandemia nas atividades econômicas, os efeitos no emprego e renda já vêm sendo percebidos por grande parte da população. Segundo dados de março do IBGE, cerca de 2,3 milhões de trabalhadores perderam o emprego no primeiro trimestre de 2020, e o impacto na renda é ainda mais grave para autônomos e informais. Foi nesse contexto que no final de março a Aneel aprovou medidas de suspensão do corte de eletricidade por inadimplência para consumidores residenciais e serviços essenciais por três meses. Além disso, a medida provisória 950 (MP 950) isentou de pagamento os consumidores enquadrados na tarifa social para consumo mensal de até 220 kWh pelo mesmo período.

A tarifa de eletricidade é arrecadada pelas concessionárias de distribuição, que atuam na linha de frente com o consumidor final. No entanto, além de remunerar a própria distribuidora (cerca de 20% do valor), a tarifa de energia elétrica é constituída por outros componentes que remuneram também os outros elos da cadeia, como a geração e a transmissão. Estão presentes ainda na tarifa os impostos e encargos do setor, que subsidiam políticas específicas para o setor elétrico – entre elas, a própria tarifa social e a compra de combustíveis para sistemas isolados. Como esperado, houve um aumento significativo da inadimplência durante o período da quarentena. Segundo dados das distribuidoras, a inadimplência média em abril de 2020 alcançou cerca de 12%. Comparada à média do mesmo período de 2019 de aproximadamente 5%, calcula-se uma inadimplência devido à Covid de 7%.

Outro fator que tem impactado as distribuidoras é a queda no consumo de energia elétrica durante a pandemia. Segundo dados do Operador do Sistema (ONS), a carga recuou em média cerca de 12% em abril (comparado com abril de 2019) e 20% na primeira semana de maio, comparando com a carga da semana anterior à quarentena. Essa redução na demanda resulta em sobrecontratação para distribuidoras, uma vez

que estas compram energia para seus consumidores através de contratos de longo prazo, com base em projeções de mercado em horizontes de até 5 anos. Vale lembrar que as “sobras” de energia são liquidadas no mercado de curto prazo – no momento atual, a valores inferiores aos contratos. Nesse cenário, a conta Covid foi a solução encontrada para equacionar os efeitos financeiros da pandemia nas distribuidoras sem onerar excessivamente o consumidor, já abatido por uma redução significativa em sua renda e capacidade de pagamento.

Seja como for, é importante frisar que a conta Covid é um empréstimo, que terá que ser pago de volta aos credores. O pagamento da conta Covid será feito através do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ao longo dos próximos anos, cobrada a partir de 2021. Mesmo os consumidores que migrarem do mercado cativo para o mercado livre (retroativo a 8/abril/2020) continuarão a pagar a parcela da CDE referente à conta COVID – um aprimoramento em relação à conta ACR, mecanismo semelhante criado em 2014 para equacionar a subcontratação das distribuidoras. Ou seja, a conta vai chegar e será paga pelo consumidor através de um encargo adicional incluído na tarifa de energia elétrica a partir de 2021.

Algumas alternativas vêm sendo discutidas na tentativa de mitigar os efeitos desse impacto tarifário sobre o consumidor, entre elas a possibilidade de utilização de recursos de fundos setoriais – como, por exemplo, os recursos arrecadados e ainda não aplicados do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE), que totalizam cerca de 5 bilhões de reais. Tais alternativas foram inicialmente apresentadas na Nota Técnica nº 01/2020, emitida pela Aneel em 16 de abril para discutir os efeitos da pandemia no setor elétrico e as propostas a serem avaliadas para o enfrentamento da crise. Informativo publicado no site do Ministério de Minas e Energia por ocasião da publicação do Decreto confirma esse entendimento, e indica que uma segunda etapa do trabalho deve discutir medidas que envolverão possíveis mudanças em regras setoriais e na legislação, citando explicitamente o Programa de P&D.

Em que pesem a gravidade e o ineditismo da crise atual, a utilização de recursos destinados à inovação e à eficiência, e pensados para garantir o avanço tecnológico do setor elétrico, para conter uma situação emergencial parece um contrassenso. Exatamente quando precisamos de soluções inovadoras e de efficientização do consumo para lidar com as consequências do atual período, a proposta pretende empenhar recursos de longo prazo para uma contingência de curto prazo. Mais do que nunca, as atividades de pesquisa se tornam necessárias para avaliar as medidas adequadas para minimizar os impactos e garantir a sustentabilidade do setor. O setor elétrico, que representa um dos pilares da retomada da economia pós pandemia, vai precisar agir no sentido de lidar da melhor forma com os desdobramentos da crise e continuar garantindo o suprimento de energia elétrica. Muito estudo, análise e investigação serão necessários e os resultados obtidos a partir de projetos de P&D e de EE se tornam primordiais.

Alguns dados sobre o programa: de 2008 até 2018 já foram concluídos mais de 2500 projetos de P&D, em temas diversos, que incluem pesquisas em fontes alternativas, promoção da eficiência energética, combate aos furtos de energia e aplicação de tecnologias inteligentes de rede, entre outros temas fundamentais para a modernização do setor. O próprio processo regulatório se beneficia enormemente de projetos de pesquisa viabilizados com esses recursos, que frequentemente propõem, testam e avaliam aprimoramentos à regulação. Além de trazerem inovação, avanços tecnológicos e melhoria de processos, a aplicação desses recursos também tem sido essencial para financiar pesquisadores e projetos de pesquisa em universidades, ESCOs e consultorias especializadas, um aspecto particularmente importante em um momento de redução dos recursos governamentais destinados à pesquisa.

Embora seja cedo para tirarmos conclusões, ao que parece, os efeitos da pandemia podem perdurar além do período da quarentena. Diante da incerteza, o direcionamento do setor deveria ser no sentido de acelerar o processo de

modernização do setor e fortalecer as instituições de pesquisa para propor e implementar soluções inovadoras – principalmente aquelas voltadas para um consumo mais eficiente. Com a repetição de medidas que impactam a tarifa e sem a criação de incentivos pelo lado da demanda para a otimização do consumo, a recuperação do Brasil pós pandemia tende a ser muito mais demorada, prolongando os efeitos da inadimplência. Com o enfraquecimento das pesquisas, compromete-se o potencial de longo prazo do país de modernizar o setor e torna-lo mais resiliente a novas crises.

Gabriela Nascimento é pesquisadora e Lavinia Hollanda, fundadora e diretora executiva da consultoria Escopo Energia